

Eixo geral

Plano de ações gerais e estratégias definidas pelo SINTUFSC na defesa da Universidade Pública, Gratuita, Laica, Socialmente Referenciada e Autônoma.

- Fortalecer as lutas pela construção de uma Universidade Pública, Gratuita, Laica e Socialmente Referenciada, autônoma e financiada exclusivamente pelo orçamento público e pela ampliação das vagas das Instituições Públicas Federais;
- Fortalecer a luta contra o neoliberalismo em suas diversas facetas nos governos municipais, estaduais, federal nas Universidades e Institutos Federais;
- Fortalecer a luta contra os ataques ao serviço público, à organização dos trabalhadores e suas entidades e qualquer tentativa de redução de direitos;
- Fortalecer a luta, local e nacionalmente, pela redução da carga horária de 30 horas semanais para todos os TAEs e trabalhadores em geral, sem redução de salário.
- Luta pelo controle social da frequência dos trabalhadores.
- Contra o ponto Eletrônico e outras formas de controle discriminatórias nas Universidades Públicas e Institutos Federais;
- Manter postura crítica diante de qualquer governo e reitorias, seguindo os princípios da autonomia e independência que devem sempre caracterizar o movimento dos trabalhadores;
- Intensificar a defesa da democracia em todos os fóruns da Universidade, lutando pela paridade na composição dos colegiados;
- Lutar pela institucionalização da eleição, no mínimo paritária, para Reitor e Diretores de Centro;
- Lutar pelo fim de qualquer impedimento para que os TAEs acessem os editais de pesquisa e extensão, assim como participem, proponham e coordenem projetos de pesquisa e extensão na Universidade;
- Lutar contra a EBSERH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e a favor de que o HU seja 100% SUS;
- Fortalecer a luta pelo SUS, totalmente público e gratuito, estatal e com qualidade socialmente referenciada;
- Lutar contra o projeto de Lei 92/2007, que pretende criar a Fundação Estatal de Direito Privado, para gerir os serviços públicos brasileiros, assim como lutar contra as OSs, OSCIPs e parcerias público-privadas, que vem sendo propostas para a gestão do Estado brasileiro;
- Fortalecer a luta contra as privatizações e a terceirização no serviço público, pela restauração dos cargos extintos e restituição dos códigos de vagas recolhidos;
- Lutar pela revisão do enquadramento dos Trabalhadores da UFSC no PCCTAE (Lei 11.091/2005);
- Continuar defendendo o direito de greve como instrumento de lutas e conquistas;
- Lutar pela aprovação da PEC 257/97 que trata da ascensão funcional;
- Lutar por isonomia salarial e de benefícios entre os trabalhadores dos três Poderes;
- Defender a Universidade como instrumento de transformação social;

- Lutar pela anulação da Reforma da Previdência e contra os ataques à Previdência Pública e Universal, em regime de solidariedade intergeracional, contra os aumentos da idade mínima;
- Manter práticas de solidariedade classista e com os diversos movimentos sociais, buscando a unificação dos trabalhadores nas lutas;
- Lutar pela reposição das perdas salariais e demais direitos, contra medidas que precarizem o trabalho na universidade;
- Lutar contra toda forma de opressão e assédio moral e qualquer forma de perseguição política na Universidade e Institutos Federais;
- Exigir da administração da universidade e do governo federal a liberação de dirigentes sindicais, bem como liberdade de participação de todos os TAEs em atividades sindicais durante a jornada de trabalho, sem reposição de horas ou qualquer tipo de punição;
- Buscar a articulação entre os trabalhadores dos diversos campi e Institutos Federais com o Sindicato, além de construir uma agenda específica, política e social, de atuação junto a essas bases;
- Defender os aparatos de cultura e arte da universidade como espaços de ensino-pesquisa-extensão abertos a toda comunidade;
- Que qualquer mudança no status de órgão suplementar do museu (MARQUE) seja precedido de amplo debate com toda a comunidade universitária;
- Lutar contra o PL 116/2007 que prevê o fim da estabilidade do servidor público;
- Lutar pela exclusão e proibição da Desvinculação das Receitas da União (DRU);
- Lutar pela implementação da Data-Base para os servidores das Universidades e Institutos Federais a fim de garantir a reposição salarial anual;
- Promover campanhas de conscientização ambiental dentro da Universidade, lutando principalmente para diminuir o uso de plásticos descartáveis, em especial nas Cantinas, apoiando a iniciativa dos alunos no Projeto “UFSC sem plástico”;
- Lutar para que a Insalubridade e Periculosidade conte no tempo de aposentadoria na Universidade e Institutos Federais e pela extinção da Normativa número 6;
- Lutar pelo cumprimento e adequação das Normas Regulamentadoras pela UFSC e Institutos Federais;
- Lutar pela criação de instâncias recursais na avaliação do estágio probatório dos TAEs com representatividade nessas instâncias, prioritariamente por TAEs;
- Defesa da Educação e da Saúde Pública, gratuita e de qualidade;
- Defesa da política de igualdade racial, de gênero e respeito à diversidade sexual;
- Defesa das Liberdades Democráticas;
- Defesa de Reforma Urbana e Agrária;
- Contra a criminalização dos movimentos sociais;
- Pela revogação da EC/95;
- Em defesa do emprego, salário e moradia;
- Pela liberdade de ensinar e de aprender, em defesa da autonomia das instituições de ensino públicas;
- Lutar contra o Projeto Escola Sem Partido;
- Lutar contra a extinção dos Ministérios do Meio Ambiente e Cultura.